

APRESENTAÇÃO: QUESTIONAR OS SABERES A PARTIR DOS PERTENCIMENTOS

Sandra Dias Loguercio (UFRGS)

sandra.loguercio@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-9290-5258>

Marion Dufour (UFRGS)

marion.dufour@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0003-4395-0105>

Por que propusemos este número

Este volume da *Organon* busca se aproximar do pluriversal (ESCOBAR, 2018), isto é, do reconhecimento da pluralidade dos saberes produzidos mundo afora, de seu caráter situado, e também é fruto da vontade de fazer com que as epistemologias se renovem.

A ciência tal como é praticada na cultura dominante – ocidental – não tem nada de universal. As dicotomias que estruturam esse pensamento – cultura/natureza, emoção/razão, sociedade/indivíduo, norte/sul, monolinguismo/multilinguismo etc. – são correlatas à sua história. Para se construir, esse modo de fazer ciência operou reduções ontológicas, criou categorias, encerrou saberes em disciplinas e levou tão longe a abstração do real que cometeu erros, falhou em seu raciocínio, deixando de lado saberes e áreas de saber.

Nossa forma de conceber os fenômenos intelectuais resulta, com frequência, em abstrações mutilantes, que visam unificar a diversidade natural em uma temporalidade que não se ramifica:

- *em matéria de história das ciências*, associamos a construção dos conceitos, das teorias e mesmo das descobertas factuais a uma história única, universal e linear. A consequência imediata dessa atitude é que é como se houvesse lugares e tempos em que não se passaria nada cientificamente falando [...] (AUROUX; ORLANDI, MAZIERE, 1998, p. 3, grifo dos autores, tradução nossa).

¹ No original: “Notre façon de concevoir les phénomènes intellectuels conduit souvent à des abstractions mutilantes, qui visent à unifier leur diversité naturelle dans une temporalité non ramifiable : - *en matière d'histoire des sciences*, nous référons la construction des concepts, des théories, voire même les découvertes factuelles, à une histoire unique, universelle et linéaire. La conséquence immédiate de cette attitude est qu'il y a des lieux et des temps où il ne se passerait scientifiquement rien [...]”

Crenças como essas, saberes desperdiçados e “amnésias coletivas” (MILLS, 2018) não podem continuar se perpetuando em uma época em que precisamos tanto tornar o conhecimento humano recíproco para enfrentar os inúmeros desafios atuais, científicos, políticos, humanitários e éticos – nas esferas ecológicas, geológicas, demográficas, climáticas, migratórias, tecnológicas etc. É por isso que tivemos a ideia de propor este número: “questionar os saberes a partir dos pertencimentos” a fim de contribuir para o preenchimento dos vazios existentes entre as culturas e as ciências, enriquecer as teorias do conhecimento e transformar os imaginários, exercitando, como nos sugere Edouard Glissant (2010), uma “poética da relação”.

Desafios deste número

Ao lançarmos a chamada transdisciplinar, buscamos reunir artigos que interroguem não apenas os saberes transmitidos na cultura dominante, mas também os dispositivos e as práticas de categorização que levam a ciência a ser o que é hoje, categorizações que não trazem unicamente o problema dos saberes produzidos, mas também dos lugares e das condições de possibilidade de circulação desses saberes, tributárias de uma política de dominação. Isso pressupunha chegar a autores críticos sobre o sistema universitário que os formou e capazes de propor uma análise a partir de um *corpus* de pesquisa que permitisse o (re)conhecimento de saberes, desconhecidos da cultura dominante ou minorizados por ela. Alcançar esses autores pode não ser muito fácil, uma vez que a cultura dominante estende sua hegemonia destruindo os imaginários outros, ignorando-os, deslegitimando-os, inferiorizando-os ou mesmo reduzindo-os; ela se entranha na psique dos indivíduos que acabam se tornando promotores dessa cultura, mais ou menos inconscientemente, multiplicando as categorias que lhes dizem respeito de modo a ocupar ao máximo o espaço de fala.

Em Porto Alegre, por exemplo, capital do Estado do Rio do Grande do Sul, onde se situa nossa universidade, os debates sobre os pertencimentos levantados por habitantes brancos tomam múltiplas direções: discute-se para saber se a pessoa se sente ou é, única ou simultaneamente, porto-alegrense, gaúcha, rio-grandense, brasileira, uruguaia, argentina, europeia (RAMIL, 2004)², também italiana, alemã, açoriana etc., havendo, no entanto, poucas

² “São inúmeros os exemplos em nossa história oficial e em nossa vida privada em que tentamos ser rio-grandenses, em que tentamos ser gaúchos, em que tentamos ser brasileiros, em que tentamos ser uruguaio ou argentinos, em que tentamos ser europeus, em que tentamos ser as possíveis combinações de uns e outros” (RAMIL, 2004, p. 14).

denominações para se referir aos mais de 290 povos originários que vivem em território brasileiro, qual seja, indígenas, termo que constitui um avanço em relação às outras denominações que existiram ao longo da história: a palavra indígena, atribuição externa, foi retomada pelos povos originários brasileiros para se autodesignarem, substituindo a palavra “índio”, que é pejorativa. Tornou-se um marcador identitário na luta dos povos originários brasileiros pela garantia de seus direitos, assim como em outros territórios americanos. Vale lembrar também que

A expressão *povos indígenas*, empregada amplamente desde a adoção da Declaração [das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas] reúne, em uma mesma categoria jurídica, um conjunto de sujeitos que recebem designações específicas, heterogêneas, que incluem as categorias nacionais e os etnônimos que cada um dos povos se atribui. [...] A expressão visa também manifestar a fraternidade de uma “comunidade de reconhecimento” entre todos os povos indígenas do mundo que participam da construção de um novo imaginário³ (BELLIER, 2013, p. 24-25, grifo da autora, tradução nossa).

Quanto aos/às afro-brasileiro/as, que se declaram negros/as (pretos/as ou pardos/as), também é significativa a ausência da diversidade de origens africanas que tanto contribuíram para a construção da sociedade brasileira.

Todas essas razões, sem esquecer os marcadores de classe e gênero, fazem com que uma pessoa oriunda de sociedades socioculturalmente subalternizadas tenha bem menos oportunidades do que uma pessoa que pertence ou é mais facilmente associada à cultura dominante de se fazer ouvir e valorizar seus pertencimentos. Sem contar que, ao passar pelo sistema escolar e universitário, lugares por excelência do pensamento, da língua e da cultura hegemônicas, essas pessoas facilmente sucumbem ao condicionamento ideológico que ali é difundido ou recolhem-se a um lugar pleno de ausências forjado, cruelmente, por formas de colonialidade perpetuadas pelo “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2022).

Uma aposta parcialmente ganha

Diferentemente do que imaginávamos, e para nossa alegria, recebemos um número imenso de submissões (mais de 150 propostas) das mais diversas áreas, de autores/as tanto das

³ No original: “L’expression *peuples autochtones*, utilisée massivement depuis l’adoption de la Déclaration [des Nations Unies sur les droits des peuples autochtones] rassemble sous une même catégorie juridique un ensemble de sujets qui sont l’objet de désignations spécifiques, hétérogènes, incluant les catégories politiques nationales et les ethnonymes que chacun des peuples se donne. [...] L’expression vise aussi à manifester la fraternité d’une ‘communauté de reconnaissance’ entre tous les peuples autochtones du monde qui participent de la construction d’un nouvel imaginaire.”

ciências humanas quanto naturais, oriundos/as de culturas hegemônicas, mas também de culturas socioculturalmente minorizadas. É preciso dizer igualmente que parte significativa desses/as autores/as não interpretou de maneira precisa nossa chamada: utilizando mal a palavra “pertencimento”, que, de maneira alguma, tinha a intenção de associar pessoas a uma única identidade ou fazer deste número o lugar de suas reivindicações identitárias. Tratava-se de contribuir para a ampliação do quadro epistemológico dominante, propondo artigos que confrontassem diferentes sistemas ontológicos sobre uma “mesma realidade”, legitimando outras formas de saberes para que as diversas memórias e relações com o mundo se encontrem e se conjuguem para enriquecer as teorias do conhecimento.

Considerando o afluxo de submissões e o grande número de pareceristas convidados, e ainda assim pequeno para dar conta de tamanha quantidade de artigos, foi preciso que adotássemos critérios drásticos de seleção. Um primeiro critério, sugerido pela equipe editorial, diz respeito aos campos disciplinares, levando-nos a optar por reduzir sua diversidade, o que nos deixou em uma situação delicada em relação à nossa intenção inicial, que era privilegiar a transdisciplinaridade. O fato é que esse, assim como a grande maioria dos periódicos, é disciplinar, e a transgressão dessa característica pode levar à perda de pontuação e de classificação. Limitamo-nos então a reunir artigos de campos diversos, a maioria especificamente dos estudos da linguagem ou literários ou em estreita conexão com as disciplinas da Letras.

Um outro critério de seleção adotado foi o da conformidade redacional das submissões à estrutura e ao estilo esperados para o gênero artigo científico, o que, sabemos, é também criticável se consideramos a proposta da chamada e a tentativa de incluir a maior diversidade possível de produções e linguagens, não restritas ao cânone redacional universitário. No entanto, estávamos também limitadas pelos prazos do periódico.

Apesar dessas dificuldades, o procedimento que adotamos para reunir artigos que questionassem os saberes a partir dos pertencimentos se revelou frutuoso, pois os artigos que trazemos neste número contribuem efetivamente, cada um a seu modo, para ampliar os quadros epistemológicos do pensamento dominante. Buscamos, na organização dos textos, salientar as preocupações compartilhadas entre os/as autores/as, os pontos de contato entre as disciplinas, de modo a tecer diálogos entre os/as pesquisadores/as, cujas perspectivas se complementam, fazendo emergir saberes pouco conhecidos pela cultura dominante ou mesmo inéditos.

Apresentação dos artigos da edição

Dando o tom a esses diálogos, o número inicia com “Oríkì Òrìṣà: canção e poesia oral iorubana no Brasil”, artigo de Alan Alves-Brito que faz um apelo para que os cursos de Letras – cujos encaminhamentos repercutem nas escolas e em diferentes espaços culturais – se abram para a poética iorubana que forjou a literatura praticada por nossas comunidades de terreiro, marcada pela musicalidade e pela oralidade. Por meio da análise da obra *Oríkì*, de Iara Rennó, que resgata uma tecnologia ancestral africana, articulando palavra e música, pensamento e corpo, ética e estética, o autor nos mostra como romper com as hierarquias literárias e linguísticas a fim de reconstruir relações de saber contra-hegemônicas e antirracistas. Por falar em ancestralidade, segue-se o estudo comparado “*Um defeito de cor* (2006) e *Um dia com Jerusa* (2020): o *continuum* africano na literatura e no cinema brasileiro de autoria negra feminina”, de Josenildes da Conceição Freitas. Em sua análise, a autora mostra como o relato de memória, recurso utilizado tanto na obra literária quanto cinematográfica, se apoia em outros sentidos para além do visual, como o auditivo e o olfativo, além da relação com a experiência onírica, enfatizando a complementaridade entre seres e elementos presentes nas cosmopercepções africanas que repercutem os vazios e as rupturas da diáspora africana nas Américas, ou seja, uma memória não material, tornada ausente de nossos espaços de memória, que privilegiam a tradição ocidental.

Levando-nos para dentro desses espaços de memória, Diego Bonatti não deixa dúvidas sobre o “Museu do imigrante e a memória opressora: a necessidade de decolonizar o silêncio museal”, constatação apoiada na análise de instituições culturais espalhadas no Rio Grande do Sul. Partindo de conceitos como o de museologia social, formação das comunidades, memória e processos de silenciamento, o autor denuncia as práticas museológicas pouco atentas à formação cultural e étnica das cidades onde estão localizadas essas instituições, que privilegiam a linha temporal-narrativa da cultura europeia branca e invisibilizam a presença de povos negros e indígenas nessas regiões, perpetuando a “limpeza étnica” na história da formação dessas cidades. Por outro lado, Jucimara Braga Alves e Edgar Roberto Kirchof nos apresentam como o artista plástico indígena Denilson Baniwa, servindo-se da re-antropofagia, vem subvertendo o olhar sobre a arte modernista brasileira, como podemos ler em “O modernismo revisitado pela arte indígena: Denilson Baniwa e a re-antropofagia”. O artigo revela como o movimento modernista, inspirado em correntes literárias da vanguarda francesa e italiana, se apropriou de símbolos das culturas dos povos originários, fazendo uso deles na arte e na literatura brasileira,

sem compreendê-los ou respeitar seus sentidos. São artistas como Denilson Baniwa que buscam retomar o lugar de fala dos indígenas como sujeitos legítimos para produzirem, entre outras formas de conhecimento e cultura, arte, descolonizando nossa cultura brasileira ocidentalizada.

Por falar em autoria indígena, o artigo “O *trickster* como autoria: a trilha *coyosmic* de Diane Glancy em *Pushing the Bear* (1996)”, de Alba Krishna Topan Feldman e Elisandra Fernandes Alves, apresenta-nos a escritora indígena estadunidense que dá voz ao povo Cherokee em seu romance histórico, valorizando sua resistência diante de um processo colonizador avassalador, que está ausente do discurso oficial da história. Em sua escrita, o recurso à figura do *trickster* indígena – figura mítica, que usa da ironia, de brincadeiras de linguagem, para enganar a ideologia dominante – remete a uma estética da sobrevivência (VIZENOR, 2008), que vai além da resistência física, criando possibilidades de sobrevivência pela linguagem. Para haver autoria indígena, há que se respeitar e preservar as línguas indígenas, e esse é o tema do artigo intitulado “Políticas linguísticas: entre a cooficialização das línguas indígenas e a assimilação cultural” de Ivonete Nink Soares e Patrícia Graciela da Rocha. As autoras traçam a história, a partir de fontes bibliográficas e documentais, das políticas linguísticas governamentais voltadas aos povos indígenas brasileiros, defendendo que somente o aumento do reconhecimento das diversas línguas que sobrevivem, ou seja, as cooficializações de suas línguas maternas – patrimônios culturais imateriais –, é capaz de produzir um efeito de manutenção e preservação dessas línguas, repercutindo, mais amplamente, na desconstrução da imagem coletiva que ainda os vê como um povo único ou que simplesmente não os vê como sujeitos de direito linguístico.

Por falar em desconstrução de imagens, Leonardo Vianna nos apresenta a escritora afro-italiana Igiaba Scego, lançando luz sobre “Fronteiras porosas: identidade afro-europeia em *La linea del colore*, de Igiaba Scego”. Por meio da análise da obra literária, o autor nos convoca não apenas a rever o passado de uma Itália negra, como também a debater acerca da formação identitária em que diferentes identidades se interconectam, como em uma encruzilhada das culturas. Junto com Scego, assume as lutas não apenas identitárias, mas sobretudo políticas, para que sujeitos subalternizados conquistem o reconhecimento pleno de seus direitos. Situações de encruzilhada cultural também podem ser percebidas entre as línguas e as variedades linguísticas, tema do estudo “Percepções sobre a língua no espaço geográfico: Norte e Sul”, de Márcia Meurer. Apoiada teórica e metodologicamente na geolinguística pluridimensional e contatual, a autora analisa dados linguísticos e sociais de falantes nordestinos e sulistas que convivem há meio século em Balsas (sul do Maranhão), em razão da

mobilidade de um grande contingente de gaúchos para a região nos anos 1970. Além de contribuir para a descrição de variedades regionais do português brasileiro, o trabalho aponta para a alteridade entre os grupos – vista nos dêiticos espaciais, como *lá e aqui, pra baixo e pra cima, dentro e fora* –, conscientes das variedades linguísticas da região que marcam seus discursos de pertencimento.

Por falar em representação de espaços, com base no conceito de Milton Santos, para quem o espaço físico é um conceito histórico e social, Augusto Darde nos conduz para a Paris da Négritude em “Espaços de Paris em *Black Bazar*, de Alain Mabanckou”, romance publicado em 2009. Na voz de um narrador congolês, pertencente à diáspora negra do último século, como o próprio autor de *Black Bazar*, o artigo mostra a atualização das representações da Paris boêmia e artística – descrita pela literatura canônica francesa – com aquelas herdadas do colonialismo francês, problematizando os pertencimentos de raça, classe, cultura e linguagem a partir da matéria narrativa de personagens africanas e antilhanas da capital francesa. De volta aos efeitos da colonialidade no Brasil, o trabalho de Thiago Martins Rodrigues, “‘E foram felizes para sempre’: notas sobre homens negros em *Dois Amores*, de Paulo Lins”, resgata a obra do escritor que ficou conhecido e, ao mesmo tempo, encoberto, pelo *best-seller Cidade de Deus*. Segundo o autor, é pela trilha das intelectuais feministas negras, calcada na interseccionalidade de gênero, raça e classe, que se abre a possibilidade de debater a constituição de masculinidades negras. Em sua análise da obra, contrasta a trajetória das personagens Lulu e Dudu, confinadas a um padrão de formação patriarcal, com a de suas companheiras, jovens negras da periferia carioca, mostrando que o imperativo de se denunciar o extermínio de homens negros, construídos historicamente como ameaça para a sociedade, passa também por desnudar a violência de gênero que sustenta essa estrutura e os entraves sociais a que estão sujeitos.

Por falar em entraves sociais, voltemo-nos para a aplicabilidade de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras através do estudo de Pedro Henrique da Silva e Bruno Raphael Cesário Calassa, intitulado “Epistemologias nativas barradas pela práxis universitária”. Motivados pela constatação da violência do “*apartheid* epistêmico” (RABAKA, 2010) sofrida por estudantes indígenas em cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, ambiente em que atuam, os autores colocam em xeque as políticas de democratização do ensino superior brasileiro. Ao contrastarem o discurso normativo com as matrizes curriculares e as práticas pedagógicas que ainda vigoram, incapazes de promover a superação dos desafios da inclusão e o diálogo intercultural crítico entre as epistemologias presentes nesses espaços, o estudo nos mostra que estamos perdendo a oportunidade de romper o círculo

de reprodução do conhecimento produzido em solo europeu. Na contramão do que é praticado em programas de pós-graduação, o artigo de Rafaella Eloy de Novaes e Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira destaca o papel da articulação entre pesquisa e extensão universitária como promotora da virada decolonial em meio acadêmico, com a proposta de uma “Pesquisa-intervenção na extensão universitária: uma opção decolonial à produção de conhecimento”. A experiência relatada pelas autoras, no âmbito do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB), busca compreender a relação entre trajetória de desenvolvimento pessoal, processos de subalternização e percalços no percurso acadêmico de estudantes historicamente marginalizados e com baixo desempenho acadêmico. Através de oficinas e rodas de conversa em locais em que podiam contemplar e discutir outros saberes que diz de seus pertencimentos, a pesquisa-intervenção inaugurou possibilidades de protagonismo desses sujeitos e a valorização de saberes invisibilizados pelos mecanismos de eficiência e produtividade impostos em meio universitário.

Por falar em trajetórias de conhecimento, o artigo “*Dis-moi si tu lis, je te dirai qui tu es : discours produits sur l’illettrisme en contexte réunionnais et discours en retour d’adultes dits illettrés*”, de Audrey Noël, discute a questão do iletrismo de dois pontos de vista: o discurso institucional dominante, baseado em levantamentos da Agência Nacional de Luta contra o Iletrismo na França (ANLCI), difundido pela grande imprensa; e o discurso dos sujeitos considerados em situação de iletrismo na Ilha da Reunião, departamento francês situado no Oceano Índico. A partir de um território marcado pela tradição oral, o multiculturalismo e o multilinguismo, em que a criouliização permitiu a hibridação de culturas, de modos de vida e de práticas linguísticas – como resistência a um passado colonial doloroso –, é antes a concepção de letramento, bem como de iletrismo, que devem ser questionadas. De qualquer forma, o ponto de vista contestatório dos sujeitos entrevistados não deixa dúvidas de que estamos diante de uma fratura epistemológica entre dois modelos sociais e dois modos de se relacionar com o mundo e de produzir conhecimento. Diferentes formas de expressão e de produção do conhecimento também são objeto de análise do artigo “A escrita de cartas-ensaios para questionar o fazer em pesquisa”, de Bruna Moraes Battistelli, Érika Cecília Soares Oliveira e Luciano Bedin da Costa. Retomando o que a escrita de cartas ensina a pesquisadores/as acerca da memória e do fazer narrativo, os/as autores/as dão pistas metodológicas para um fazer científico que busca problematizar formas hegemônicas de escrita acadêmica, a partir das manualidades da memória, do cotidiano, de afetos e de aproximação com o outro.

Por falar em aproximações, também os Estudos da Tradução são abordados aqui da perspectiva étnico-racial e decolonial por Alan Alves-Brito, em “Cosmopolíticas da tradução: a potência epistêmica das literaturas negras e indígenas”. Colocando-se em um “lugar de debate”, o autor problematiza o papel da tradução, das traduções e dos tradutores na construção de um *corpus* literário que contribua mais diretamente com o combate ao racismo em suas múltiplas facetas (institucional, epistêmico, linguístico, cultural, entre outros), através do questionamento de quem traduz, do que se traduz e de como se traduz. Quebrar o círculo dos perfis identitários hegemônicos na produção literária e tradutória no país é fundamental para abrir espaço para as literaturas negras e indígenas de dentro para fora, bem como de fora para dentro e, sobretudo, de dentro para dentro, através da valorização das línguas – a exemplo daquelas de matriz banto-iorubá – que são parte da nossa construção histórica e cultural. Nesse sentido, o próximo artigo nos convida a olhar para o campo das ciências da linguagem. A reflexão trazida em “Entre as línguas e a ética do fazer linguístico: aproximações iniciais entre Benveniste e os estudos decoloniais”, de Gabriela Barboza, Alessandra Nicolini e Larissa Colombo Freisleben, propõe uma leitura da teoria benvenistiana através do diálogo com estudos decoloniais, adotando, entre outras, a noção de “esforços de descolonização” (ANDREOTTI *et al.*, 2015), além de abordar aspectos da vida e da obra do linguista que ajudam a lançar luz sobre pontos de vista que ele tecera sobre a língua e as línguas, bem como sua própria postura enquanto linguista. A exploração do método adotado por Benveniste em “Categorias de pensamento e categorias de língua” (1958) mostra como ele foi um ponto fora da curva em sua época, ao demonstrar que as categorias aristotélicas, pensadas com base no grego, não poderiam ser usadas para pensar todas as línguas, havendo que se distinguir categorias do pensamento, de natureza universal, e categorias de língua, particulares às línguas, sobre as quais os sujeitos falantes têm sempre a dizer.

Por falar em sujeito, o estudo de Elen Karla Sousa da Silva e Daniel Conte, intitulado “Existência e (re)existência nas personagens evaristianas”, mostra de que maneira Conceição Evaristo constrói personagens femininas negras que, apesar de sua condição periférica – passando da violência simbólica da invisibilização à fetichização –, se assumem como sujeitos ao “reexistirem”. É do lugar da interseccionalidade que o estudo contribui para traçar o lugar da mulher negra nos espaços sociais, compreender sua condição de sujeito dentro de um imaginário excludente e, ao mesmo tempo, fazer dele um recurso de reexistência, ou seja, de outras formas de existir, construídas por insubordinação e microrresistências diárias. Esse percurso é traçado pelos passos das protagonistas de *Mary Benedita*, presente em *Insubmissas*

lágrimas de mulheres (2016) e *Ponciá Vicêncio* (2003). Finalmente, é também a partir do lugar dos pertencimentos e da condição de existência dos sujeitos que Marie-Anne Paveau se lança o desafio de revisitar e questionar a própria noção de sujeito da teoria da Análise do Discurso Francesa (ADF) no artigo “L’analyse du discours française, une théorie défectueuse. Relecture critique de la notion de sujet à partir de la philosophie africaine”. O exercício a que se propõe, como pesquisadora francesa branca da ADF, é de refletir sobre sua ocidentalidade teórica hegemônica se servindo de um ponto de vista não hegemônico; sobre a ADF – tal como foi difundida e praticada amplamente na Europa e na América Latina – a partir de sua leitura de filósofos africanos ou afrodescendentes, mais precisamente Frantz Fanon, Eboussi Boulaga e Jean-Marc Ela. Através de contrapontos essenciais entre os pensadores que fundam a ADF e os pensadores mencionados, a autora sustenta que, ao contrário do “não sujeito” – aquele que só pode ser apreendido no discurso –, é justamente por um trabalho de existência (reexistência?), criador de negação da negação colonial, que o sujeito das filosofias africanas se impõe, negando assim a negação do sujeito da teoria ocidental.

Na Seção Livre, o questionamento sobre a construção dos saberes e dos sujeitos de saberes não está encerrado. Trazendo o tópico das narrativas disciplinares, Márcia Moura da Silva e Beatriz Alves Cerveira assinam a tradução do artigo de Mona Baker acerca das “Narrativas na e da tradução”, que convida estudantes e profissionais da tradução a assumirem seu lugar decisivo – porque político – na promoção e circulação de discursos e narrativas. Segue-se o artigo de Suzane Lima Costa, que nos leva ao cerne da questão em “O pertencimento e os seus não lugares”, enfocando aspectos mais sutis da noção de pertencimento, como o reconhecimento e os afetos, para refletir sobre as narrativas escritas *sobre* o outro, mas também *pelo* outro. Por fim, o artigo de Izabel Cafezeiro e Ricardo Kubrusly ilustra o papel das narrativas na construção histórica das ciências – marcadas, no masculino, pela essencialidade, neutralidade e universalidade, parâmetros tributários do esvaziamento que operam do sujeito –, levando-nos para “As terras da paciência: matemáticas no feminino”.

Não poderíamos encerrar esta apresentação sem dizer do nosso imenso agradecimento aos/às pareceristas – foram muitos/as, de muitos lugares e especialidades – e à equipe editorial da revista, pela organização particular que tiveram de empreender, por sua implicação redobrada para que este número pudesse ser lançado. Nossa mais sincera gratidão pela qualidade do trabalho e pelo apoio ao nosso projeto. Sem essa equipe dedicada e sempre a postos, este número não teria sido possível.

Finalmente, dedicamos este número às pessoas antirracistas, antissexistas, anticapacitistas e anticlassistas; àquelas que sempre foram, àquelas que decidem ser a cada dia; àquelas que ainda virão a ser.

Que a produção dos conhecimentos possa ser uma luta constante contra todas as formas de colonialidade, de ontem e de hoje, para que possamos ser.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Vanessa de Oliveira *et al.* Mapping interpretations of decolonization in the context of higher education. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, Toronto. v. 4, n. 1, p. 21-40, 2015. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/des/article/view/22168>. Acesso em: 19 mar. 2023.

AUROUX, Sylvain; ORLANDI, Eni Puccinelli, MAZIERE, Francine. Introduction. *Langages*, Paris, 32^e année, n. 130 - L'hyperlangue brésilienne, p. 3-7, 1998.

BELLIER, Irène. Introduction – La reconnaissance internationale des peuples autochtones. *In* : BELLIER, Irène (dir.). *Peuples autochtones dans le monde*. Les enjeux de la reconnaissance. Paris: L'Harmattan, 2013. p. 13-37.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ESCOBAR, Arturo. *Sentir-penser avec la terre*. Une écologie au-delà de l'Occident. Paris: Seuil, 2018.

GLISSANT, Edouard. *L'imaginaire des langues*. Entretiens avec Lise Gauvin. Paris: Gallimard, 2010.

MILLS, Charles W. Ignorância branca. Trad. de Breno Ricardo Guimarães Santos. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa/Bahia, v. 17, n. 1, p. 413-438, 2018.

RABAKA, Reiland. *Against epistemic apartheid: W. E. B Du Bois and the disciplinary decadence of sociology*. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

RAMIL, Vitor. *A estética do frio*. Conferência de Genebra. Pelotas: Satolep livros, 2004.

VIZENOR, Gerald (Ed.). *Survivance: Narratives of Native Presence*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2008.

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.134111>